

## COLONIALISMO E RAÇA EM JOSUÉ DE CASTRO: UMA ANÁLISE DA GEOGRAFIA DA FOME DESDE O OLHAR DECOLONIAL<sup>1</sup>

Mariana Nunes Pereira Bastos<sup>2</sup>

**Resumo.** O objetivo deste artigo é identificar na obra de Josué de Castro a relação estabelecida por ele entre fome, subdesenvolvimento, colonialismo e raça, bem como o motivo da sua escolha pelo método geográfico. Para isso, assumimos as direções de uma pesquisa qualitativa e utilizamos como fonte principal de dados primários o livro *Geografia da Fome*, de 1946. A nossa premissa de pesquisa sugere que o autor prenunciou uma abordagem "anti-colonialista" e "antirracista", principalmente quando se trata das críticas direcionadas às ideias fatalistas de Thomas Malthus. Castro aprofundou a relação entre o sistema alimentar brasileiro e o traço de subdesenvolvimento do país, através da negação de qualquer determinismo climático ou racial, podendo contribuir para uma visão decolonial do direito à alimentação no chamado Sul Global.

**Palavras-chave:** Geografia; Brasil; Fome; Colonialismo; Raça.

### COLONIALISM AND RACE IN JOSUÉ DE CASTRO: A ANALYSIS OF GEOGRAPHY OF HUNGER FROM THE DECOLONIAL VIEW

**Abstract.** The objective of this article is to identify in the work of Josué de Castro the relationship established by him between hunger, underdevelopment, colonialism and race, as well as the reason for his choice of the geographical method. For this, we took the direction of a qualitative research and used as the main source of primary data the book *Geography of Hunger*, from 1946. Our research premise suggests that the author foreshadowed an "anti-colonialist" and "anti-racist" approach, mainly when it comes to criticisms directed at the fatalistic ideas of Thomas Malthus. Castro deepened the relationship between the Brazilian food system and the country's underdevelopment, through the denial of any climatic or racial determinism, which could contribute to a decolonial vision of the right to food in the so-called Global South.

**Keywords:** Geography; Brazil; Hunger; Colonialism; Race.

<sup>1</sup> O presente artigo é parte integrante da Monografia intitulada "Geografia, fome e colonialidade alimentar: a atualidade da obra de Josué de Castro" (2021), apresentada junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do prof. Guilherme Ribeiro.

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; professora.mariananunes@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-9403-8282>.

### COLONIALISMO Y RAZA EN JOSUÉ DE CASTRO: UN ANÁLISIS DE LA GEOGRAFÍA DEL HAMBRE DESDE LA VISIÓN DECOLONIAL

**Resumen.** El objetivo de este artículo es identificar en la obra de Josué de Castro la relación establecida por él entre hambre, subdesarrollo, colonialismo y raza, así como el motivo de su elección del método geográfico. Para ello, tomamos la dirección de una investigación cualitativa y utilizamos como principal fuente de datos primarios el libro *Geografía del hambre*, de 1946. Nuestra premisa de investigación sugiere que el autor presagiaba un enfoque "anticolonialista" y "antirracista", principalmente cuando se trata de críticas dirigidas a las ideas fatalistas de Thomas Malthus. Castro profundizó la relación entre el sistema alimentario brasileño y el subdesarrollo del país, a través de la negación de cualquier determinismo climático o racial, que pueda contribuir a una visión decolonial del derecho a la alimentación en el llamado Sur Global.

**Palabras clave:** Geografía; Brasil; Hambre; Colonialismo; Raza.

## Introdução

O médico, geógrafo, cientista social, professor, ativista e político brasileiro, Josué Apolônio de Castro, nasceu no dia 5 de setembro de 1908, em Recife, no estado de Pernambuco. Foi neste contexto que teve uma infância com privações e cresceu próximo aos mocambos erguidos nos manguezais da capital pernambucana. Escreveu vários livros que discutem a fome como uma questão política e representou o Brasil em vários órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mas acabou sendo exilado em Paris diante das circunstâncias da Ditadura Militar na década de 1960.

Devido à cassação dos seus direitos políticos, faleceu no dia 24 de setembro de 1973, na capital francesa (SOUZA, 2015). Mesmo no contexto de exílio, o escritor continuou a estudar e publicar sobre o fenômeno da fome, que constituía um verdadeiro tabu, consagrando-se como um dos fundadores de uma nova área de estudo, a da “nutrição humana como problema social” (LIMA, 2000).

Para isso, não recorreu a explicações fatalistas ou deterministas em relação ao clima ou à raça nos Trópicos, como era comum à sua época (REZENDE, 2003). Interpretou o Brasil sem importar os olhares neomalthusianos<sup>3</sup> e violou, decisivamente, o silêncio premeditado sobre a realidade da fome como fenômeno social, a qual assolava o país sem uma ampla discussão política. Magalhães (1997) demonstra que a fome, como objeto de pesquisa ou tema de debate da cidadania brasileira ao redor das políticas públicas, não se separa do pensamento e da militância de Josué de Castro.

Isto nos leva a destacar que Josué de Castro foi bastante conhecido durante a sua vida graças ao sucesso internacional de seus livros e à brilhante carreira política e diplomática (DAVIES & FERRETTI, 2021) até a data de seu falecimento na capital francesa, mas posteriormente foi esquecido pelos estudiosos em geral e, especialmente, pelos geógrafos e geógrafas do Brasil (CARVALHO, 2007). Apesar de ter ressaltado que a humanidade dispõe dos recursos naturais, técnicos e financeiros suficientes para

---

<sup>3</sup> O inglês Thomas Malthus, em seu Ensaio sobre o princípio da população publicado em 1798, relacionou o aumento da pobreza e da fome ao aumento populacional. Até hoje, as suas ideias repercutem no mundo e defendem que a miséria é tão natural quanto o aumento das populações e, por isso, é considerada inevitável e irremediável (CARVALHO, 2018).

erradicar a subalimentação e a desnutrição, retratando a miséria e as desigualdades sociais sem deixar de propor muitas soluções ou de perder a esperança, Josué de Castro teve o seu legado comprometido até a década de 1990, semelhante a “um processo deliberado de amnésia” no Brasil (DAVIES & FERRETTI, 2021, p. 02, tradução nossa). Este artigo corre exatamente no sentido inverso, destacando as contribuições que restabelecem a importância de manter viva e renovada a sua obra.

Embora inicialmente formado em Medicina, as suas publicações podem ser definidas de várias maneiras, como Sociologia, Antropologia, Geografia, Nutrição, estudos do desenvolvimento ou, mais amplamente, como escrita política (DAVIES & FERRETTI, 2021). Em concordância com muitos estudiosos atuais da Geografia Brasileira, dentre os quais podemos apontar Manuel Correia de Andrade (2003), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) e Rui Ribeiro de Campos (2004), Josué de Castro é considerado sobretudo um geógrafo. Nota-se que ele utilizou o método geográfico em seu clássico *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, de 1946, e também foi professor catedrático de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil<sup>4</sup> (ANDRADE et al, 2003), atuando na Geografia simultaneamente à institucionalização da disciplina no Brasil (CARVALHO, 2001).

Vale lembrar que Castro elaborou o primeiro mapa da fome no Brasil, de modo que as suas publicações foram consideradas precursoras no estudo do nosso problema alimentar (MAGALHÃES, 1997). Portilho (2020) reforça esta ideia ao explicitar que o marco mais importante para o surgimento de um ativismo social em torno da alimentação no país – a chamada primeira geração de ativismo alimentar – são as reflexões pioneiras de Castro nos anos de 1940. Portanto, o autor precisa permanecer em pauta no Brasil e o seu legado na Geografia deve ser investigado continuamente.

Mesmo após 76 anos da sua obra pioneira, atualmente são 125,2 milhões de brasileiros em insegurança alimentar (IA) e, dentre estes, mais de 33 milhões em situação de insegurança alimentar *grave*, isto é, que não têm o que comer (REDE PENSSAN, 2022). A fome se mantém atualizada devido aos problemas sociais que o autor denunciou ao longo de toda a sua trajetória, cujo modelo de desenvolvimento de

---

<sup>4</sup> Antiga denominação da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

herança colonialista é entendido como um grande obstáculo para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) e à soberania alimentar<sup>5</sup>.

Neste aspecto, muitas denúncias são encontradas nas perspectivas do referido escritor, como a forma de se pensar o desenvolvimento a partir dos países ricos ocidentais (SILVA et al, 2020), quando enfatizou que muitos dos problemas do subdesenvolvimento giram em torno dos problemas do colonialismo (CASTRO, 1984). Essa visão aproxima o autor de *Geografia da Fome* às abordagens da colonialidade (SILVA et al, 2020), que entendem que o colonialismo deixou sequelas globais até hoje persistentes em razão da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2000).

Isso porque Castro aprofundou a relação entre o sistema alimentar brasileiro e o traço de subdesenvolvimento, através da negação de qualquer determinismo climático ou racial, podendo contribuir para uma visão decolonial do direito à alimentação no chamado Sul Global. De encontro a Ferretti (2019), a nossa premissa de pesquisa sugere que Castro renunciou uma abordagem "anti-colonialista" e "antirracista", principalmente quando se trata das críticas direcionadas às ideias de Thomas Malthus. Dessa forma, o presente trabalho está orientado a partir da necessidade de se reconhecer e denunciar as diferentes consequências da colonização no Brasil, tendo como enfoque a questão alimentar descortinada no ensaio de *Geografia da Fome*. Este trabalho tem o intuito de ressaltar na obra de Josué de Castro os elementos que vão ao encontro da opção decolonial nos estudos sobre a fome.

O objetivo é identificar na obra do referido escritor a relação estabelecida por ele entre fome, subdesenvolvimento, colonialismo e raça, bem como o motivo da sua escolha pelo método geográfico. São apresentados os resultados em torno das questões econômicas, sociais e políticas que fornecem os subsídios necessários ao entendimento da sua geografia. Para isso, assumimos as direções de uma pesquisa qualitativa e utilizamos como fonte principal de dados primários o livro *Geografia da Fome*, na décima edição de 1984. Consideram-se também outros documentos escritos pelo autor, a saber: *Geopolítica da Fome* (1951) e *O Livro Negro da Fome* (1966).

---

<sup>5</sup> O termo é conceitualizado como “o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população” (FMSA, 2001, tradução nossa).

### A fome segundo Josué de Castro e o combate às ideias malthusianas

A preocupação de Josué de Castro sobre a natureza das carências alimentares se refletiu em muitas das suas obras, como na mais conhecida que é *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Publicado pela primeira vez em 1946, este livro clássico lhe rendeu também o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, em 1947, e foi replicado em onze edições sucessivas e traduzido em mais de vinte e cinco idiomas (BATISTA FILHO & BATISTA, 2003).

E em que consiste a fome segundo o escritor pernambucano? No prefácio do seu livro clássico, a fome é apresentada como sendo um “conceito demasiado extenso e, portanto, suscetível de grandes confusões”, atestando a preocupação do autor em precisar cuidadosamente a sua delimitação conceitual (CASTRO, 1984, p. 36). Para isso, afirmou que não lhe interessava como objeto de estudo a “fome individual”, seja em seu mecanismo simplesmente fisiológico, seja em seu aspecto psicológico de sensação interna e subjetiva (Ibidem).

Por “fome coletiva”, o autor concebe o seu objeto de pesquisa central, quando compreende as massas humanas afetadas pela fome enquanto um “fenômeno social bem mais generalizado” e “geograficamente universal” (CASTRO, 1984, p. 56). Em conformidade com outros objetos, a fome como um fenômeno universal partiu da existência virtual para a realidade após ser assim observada por Josué de Castro (CAMPOS, 2004).

No caso da “fome total” e da “fome parcial”, o autor afirma que elas são o resultado da “penúria orgânica [...] de um, de vários e, às vezes, de todos os elementos indispensáveis à nutrição humana” (CASTRO, 1984, p. 33), podendo ser identificada de forma imediata ou demorada, respectivamente. Com essa conceituação:

José de Castro tem a intenção de revelar como o fenômeno da fome é muito mais frequente e devastador do que se imagina, pois atinge milhões de pessoas que mesmo comendo todos os dias passam fome. Trata-se, em outras palavras, de considerar não apenas aqueles que morrem de fome, como também aqueles que vivem dramaticamente com fome (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 40).

Em síntese, um indivíduo *totalmente* faminto não tem a reposição considerada suficiente do seu gasto energético, estando isento de calorias e de outros princípios

nutricionais de forma gritante em um estado de inanição. O indivíduo *parcialmente* faminto, por outro lado, tem uma carência específica – proteínas, vitaminas ou minerais – sem levantar suspeita da sua fome. Para este último caso, Castro também cunha o termo “fome oculta” exatamente para destacar o comportamento discreto das fomes mais graves e frequentes que não são caracterizadas pela falta de alimentos, mas pela falta de nutrientes. Com isso, podemos compreender que se alimentar não é o mesmo que estar bem nutrido.

Avançando nas considerações do autor, a caracterização de uma “área de fome endêmica” ou “área de fome epidêmica” depende da *quantidade* de pessoas, que são identificadas com as carências nutricionais de expressão típica e não de seus traços excepcionais. Em suas próprias palavras, “não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população”, bastando que “as deficiências alimentares que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico” (CASTRO, 1984, p. 59).

Além disso, tanto a noção de “fome endêmica” quanto de “fome epidêmica” atestam que a *cronicidade* é um aspecto marcante para a identificação do problema alimentar (SOUZA, 2015). Neste caso, não importando exatamente o tipo de carência nutricional, se fome de proteína ou vitamínica, as aplicações dos termos de endemia e epidemia<sup>6</sup> compreendem uma escala temporal de maior amplitude, em que pesa a identificação de manifestações carenciais de ocorrência perene ou intermitente. Em outras palavras, o aspecto do tempo é muito importante para a construção conceitual da fome em Josué de Castro. Mais do que ressaltar a *temporalidade* do fenômeno, o quesito tempo revela a *simultaneidade* entre a realidade de carência dos grupos familiares e a de abundância dos não familiares:

Ao identificar a fome endêmica não é mais possível responsabilizar a natureza ou fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar por que ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda a população se alimentar, por que a sociedade não é capaz de alimentar todos seus membros. Colocado

---

<sup>6</sup> Em nota, o autor indica que os termos “endemia” e “epidemia” são empregados no sentido mais amplo, considerando os conceitos de epidemiologia de Wade Frost e em direção de uma “epidemiologia da fome”, do mesmo modo da “epidemiologia do diabetes e do câncer” defendida por Wilson Smillie (CASTRO, 1984).

esse novo questionamento o problema ganha em profundidade e complexidade (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 40).

Isto nos leva a outro fato importante, que se encontra presente nos fundamentos básicos do conceito de fome como fenômeno social, que é a crítica de Josué de Castro em torno da teoria da superpopulação do economista inglês Thomas Malthus (1766-1834). Afinal, considerar a fome a partir das organizações políticas, sociais e culturais fazia desnaturalizar a situação de escassez de alimentos para um conjunto de indivíduos, opondo-se à indiferença e ao catastrofismo pregados pela corrente malthusiana. Rezende (2003, p. 229) atesta que a “fome não poderia ser atribuída somente ao crescimento ilimitado da população, segundo Castro, uma vez que, dependendo do modo de distribuição da renda ou da riqueza, poder-se-ia ter o aumento da fome mesmo sem haver explosão demográfica”.

Sendo assim, o geógrafo defendia o argumento de que os governos e os Estados poderiam e deveriam mover esforços para reverter o quadro de subalimentação, má-alimentação ou não-alimentação das sociedades. Para o geógrafo da fome, era “inadmissível que a desnutrição fosse atribuída a elementos que a rigor pareciam imutáveis e de absoluta responsabilidade dos próprios setores famélicos” (REZENDE, 2003, p. 229), quando se deixava crer que a fome é causada pelo próprio sujeito faminto. É necessário compreender que as taxas de natalidade de Malthus serviram de explicação fatalista para um problema de natureza social e com gênese na distribuição desigual de recursos, partindo da promessa de que o crescimento populacional é sempre superior ao crescimento de bens alimentares.

Seja para apresentar a fome como algo sem solução em razão da sua naturalidade – clima, solo e vegetação desfavoráveis –, seja para fornecer a justificativa do controle de fertilidade sobre a população pobre, os seguidores de Malthus existem até hoje. Para citar um exemplo da contemporaneidade das ideias de Malthus e da sua aplicação no campo mais específico das políticas alimentares, destacamos a discussão travada por Carvalho (2018) em sua dissertação de mestrado, sobre a visão neomalthusiana da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) caracterizada por uma justificativa produtivista. É verdade que o seu modelo latifundiário, monocultor e

exportador emprega grande tecnologia e produz muitos alimentos, mas sem que isso signifique segurança alimentar no país produtor.

### **A escolha pelo método geográfico e os legados do autor na Geografia Brasileira**

Em 1946, *Geografia da Fome* marca a consolidação do método de pesquisa de Josué de Castro. Para o autor, o objetivo do livro consistiu em “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra” (CASTRO, 1984, pp. 34-35), com enfoque no fenômeno da fome coletiva que atinge endêmica ou epidemicamente os grandes grupos humanos no território brasileiro.

O propósito do seu estudo foi realizar “uma sondagem de natureza ecológica” sobre a fome no Brasil, porque “nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação”<sup>7</sup> (CASTRO, 1984, p. 35). Diante do conceito fecundo de ecologia e do método geográfico, portanto, os objetivos de Castro nesta publicação podem ser traduzidos na produção de estudos sólidos e consistentes que pudessem unir as dimensões fisiológica, socioeconômica, cultural e política da alimentação e da nutrição (LIMA, 2000).

Porém, é preciso ter em mente que a “abordagem ecológica invocada por Josué de Castro está longe do ecologismo de Primeiro Mundo, na medida em que recusa a distinção entre o natural e o social, entre natureza e cultura, entre o ambiental e o político” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 05), incorporando o meio como personagem histórico. O geógrafo recifense escrevia que a fome era o problema ecológico número um e acabou por antecipar uma abordagem que, posteriormente, seria conhecida como “socioambiental” e estaria presente no pensamento ambiental latino-americano de maneira característica (Ibidem, p. 85).

Para o escritor pernambucano, o conjunto complexo de manifestações biológicas, econômicas e sociais da fome era projetado através de uma visão unilateral

---

<sup>7</sup> Vidal de La Blache já havia afirmado isso há muito tempo, quando disse que o estudo dos recursos alimentares regionais transparece as forças que ligam o ser humano ao seu meio (1922, citado por CASTRO, 1984).

do problema, uma vez que a maior parte dos estudos científicos de sua época estavam restritos a um dos aspectos parciais (CASTRO, 1984). Precisamente, o autor demonstrava-se insatisfeito com os trabalhos de fisiologistas, químicos ou economistas que, em geral, eram limitados ao quadro de suas especializações. Foi diante desta situação que ele resolveu encarar o problema sob uma perspectiva mais ampla, reconhecendo que alguns pequenos detalhes certamente se apagariam para destacar, então, as ligações e as conexões dos variados fatores do fenômeno da fome na grande escala brasileira.

Nesse sentido, através do seu engajamento científico e político, Josué de Castro defendeu o único método que acreditava ser capaz de relacionar o biológico e o social da fome, isto é, o método geográfico. Afinal, só a Geografia que ensina a observar os fenômenos que se passam em sua superfície, tendo em vista as influências recíprocas da ação do ser humano, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho, da qual se pode obter uma “visão panorâmica de conjunto” (CASTRO, 1984, p. 34).

Um exemplo desta perspectiva panorâmica pode ser observado na sua análise da pouca incidência de verminoses intestinais – parasitismo – no Sertão do Nordeste e as altas taxas na Zona da Mata. Se o estudo apenas da situação do meio indicava um fatalismo, havendo as condições naturais favoráveis para a disseminação do parasitismo no Nordeste úmido, através da Geografia os fatores sociais entravam em cena para indicar que o povo nordestino não estava condenado a “qualquer forma de determinismo inexorável” (CASTRO, 1984, p. 285), porque “no jogo das variáveis econômicas, a política colonial que se afrouxou mais no Sul ainda se mantém bem arroxada na região nordestina, simples produtora de matérias-primas e produtos de base” (Ibidem). Através do método geográfico, foi permitido conferir que o pauperismo regional de herança colonialista era o verdadeiro responsável pela permanência das doenças da fome.

Apesar da sua maior identificação com os princípios fundamentais da Geografia, todavia, acrescenta-se o fato de também terem sido enfocados em seu estudo os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema da fome (VASCONCELOS, 2008).

De acordo com os seus próprios termos, o caminho metodológico da Geografia é o único que:

permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. [...] Não queremos dizer com isto que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema: mas, que, encarando esses diferentes aspectos, sempre o faremos orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica (CASTRO, 1984, pp. 34-35).

A partir dos fundamentos geográficos de localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre (CASTRO, 1984), Josué de Castro exaltou na Geografia a relevância da discussão sobre a fome. Em seu livro clássico, introduz muitos conceitos, tais como “mosaico alimentar brasileiro” e “áreas alimentares”, na medida em que traça o primeiro mapa da fome no país. Para isso, considera-se que “as variadas categorias de recursos naturais e a predominância cultural de determinados grupos que entraram na formação de nossa etnia nas diferentes zonas tinham que condicionar forçosamente uma diferenciação regional dos tipos de dieta” (CASTRO, 1984, p. 58).

Para isso, o método geográfico lhe conferiu o rigor científico necessário para averiguar os níveis de condição social do Brasil: “quando medido através dos índices da renda média *per capita*, [o desenvolvimento econômico] não pode ser contestado. Mas, se procurarmos auferi-lo, através da distribuição real das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se ele então bem menos efetivo” (CASTRO, 1984, p. 289, grifo do autor). Em última análise, Castro utiliza-se dos mapas como ferramenta para apontar as suas robustas críticas à noção de subdesenvolvimento e ressaltar as desigualdades regionais do Brasil:

Mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o já desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos pelo sistema vigente. E é neste aspecto desequilibrante que o nosso desenvolvimento econômico não corresponde a um autêntico desenvolvimento social, que representa a autêntica aspiração das massas brasileiras (CASTRO, 1984, p. 289).

Assim, ele propôs uma nova divisão regional do Brasil com base nas áreas alimentares, para uma melhor compreensão do problema social da fome neste país subdesenvolvido. E apesar da sua gigantesca contribuição em vários campos da ciência,

*Bastos, Colonialismo e Raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial*  
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.398

aos 56 anos Castro teve os seus direitos políticos cassados e foi então declarado inimigo da pátria pelo regime militar, após o golpe de abril de 1964. Seriam as circunstâncias do seu exílio e da sua morte os principais motivos para o quadro de considerável desconhecimento do seu legado no Brasil e na geografia nacional? Ou poderíamos responsabilizar o conservadorismo intelectual da elite e da Geografia Brasileira, principalmente nas universidades de São Paulo e Rio de Janeiro? Ou seria pelo fato da fome constituir, ainda hoje, um assunto bastante delicado e perigoso?

De acordo com Carvalho (2007), cumpre enfatizar que a fome tem estado distante da Geografia, pouco sendo analisada pelos geógrafos e geógrafas na literatura mais recente. É verdade que, nas décadas de 1980 e 1990, a referência a Josué de Castro foi resgatada por alguns intelectuais, religiosos e artistas brasileiros na ocasião de campanhas relacionadas ao combate à fome, como a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* liderada pelo sociólogo mineiro Herbert de Souza – conhecido por Betinho –, o projeto *Ano 2000 sem Miséria* comandado pelo arcebispo emérito de Olinda e de Recife Dom Hélder Câmara e o movimento *Manguebeat* levado à cabo pelo músico pernambucano Chico Science<sup>8</sup>, no início dos anos de 1990 (CARVALHO, 2007). Sem um desdobramento contínuo de sua obra, o legado de Castro esteve ameaçado de cair no esquecimento.

Campos (2004) exprime, por outro lado, o caráter inovador do escritor no campo da Geografia, mesmo oficialmente situado à sua margem científica. Em certo momento, ele passou a divergir dos grupos de geógrafos vinculados à escola lablachiana, porque supostamente defendiam uma neutralidade política/científica incompatível com os objetivos de combate à fome, ao reservarem as preocupações sociais apenas para sociólogos e economistas (ALVES, 2008). Enquanto isso, Josué de Castro ampliava os seus enfoques aos aspectos étnicos, linguísticos, religiosos e alimentares, relacionando-os com as questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas (Ibidem). A análise da trajetória intelectual de Castro deixa evidente que as “exigências de sua luta o fizeram ser mais vasto, indo por campos tanto geográficos – embora não aceitos como tais –

---

<sup>8</sup> Castro é mencionado diretamente na música "Da lama ao caos" (1994), composta por Chico Science no grupo Nação Zumbi: "Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça, quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça". Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77655/>>. Acesso em 20 nov. 2021.

quanto por não geográficos. Sua visão de ciência era mais moderna do que a Geografia dominante no Brasil de sua época” (CAMPOS, 2004, p. 341).

Alguns autores e autoras foram levadas a concluir que Josué de Castro permaneceu à margem da chamada geografia oficial, cuja explicação de sua ausência em trabalhos acadêmicos precisa ser investigada mais a partir das características da própria ciência brasileira do que do autor de *Geografia da Fome* (CAMPOS, 2004). Para isso, são enumeradas tais justificativas possíveis:

Talvez grande parte de sua obra fosse considerada como não-geográfica, para os padrões da época. Seus artigos publicados no exterior também o foram em revistas não ligadas, diretamente, à Geografia. Outra possibilidade é a de ele não ser realmente um geógrafo, de não ter realizado de fato uma abordagem geográfica da sociedade e dos temas analisados. Uma outra é de que a sua ausência seja mais um exemplo do uso da estratégia do silêncio: o não dizer proposital, para dificultar que certos problemas fossem conhecidos. A classe dominante, muitas vezes, se dá ao trabalho de procurar estabelecer o que deve ser lembrado – e como deve ser lembrado – e o que deve ser esquecido. O esquecimento imposto, às vezes, diz mais sobre a história do que o insistentemente lembrado. Como, notadamente após 1964, esta estratégia foi utilizada por governos militares, a hipótese não deve ser de todo descartada (CAMPOS, 2004, p. 363).

Davies e Ferretti (2021) chegam a mencionar a existência de uma certa cegueira ao longo da história da Geografia em relação às contribuições interdisciplinares, que pode ter contribuído para a relativa negligência de Castro dentro da área. Em última análise, fazemos coro com Campos (2004, p. 363) quando este atesta: o escritor pernambucano não se interessava tanto em se projetar no meio acadêmico da geografia nacional, porque a sua maior preocupação com a fome provocou a procura também de outras áreas e de outras instituições. Entretanto, isso não significa que devemos desconsiderá-lo como um geógrafo.

Mesmo “mantendo-se um pouco à margem da comunidade de geógrafos” (ANDRADE, 1984, citado por MAGALHÃES, 1997), Josué de Castro analisou temas que são especiais à Geografia e também elaborou rigorosamente um método através de princípios geográficos. A fome foi o seu objeto de estudo principal, de acordo com formulações metodológicas e epistemológicas que o conduziram à Geografia, sem que a espacialidade e a geograficidade das carências nutricionais fossem negligenciadas em suas análises. Consideremos as mudanças travadas pelo autor, que procurou desenvolver uma maneira geográfica de se estudar a fome e de incluí-la nos temas da

*Bastos, Colonialismo e Raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial*  
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.398

ciência, fazendo uso da Geografia para propor soluções para o Brasil e o mundo. E quando se trata da constituição de um saber científico sobre a alimentação e a nutrição no Brasil, torna-se evidente a grande relevância de *Geografia da Fome* para pesquisadores que se debruçam sobre a nossa questão alimentar<sup>9</sup>.

### **As noções de subdesenvolvimento, colonialismo e raça em *Geografia da Fome***

Mais do que uma discordância teórica, Josué de Castro deixou como legado explícito a seguinte premissa: o combate às verdadeiras causas da fome passa, necessariamente, pelo combate às ideias malthusianas, que mistificam a real causa da fome ao redor da submissão da maioria dos povos a um tipo de exploração econômica colonial. Nestas condições, é razoável acrescentar a relevância das noções de desenvolvimento e de colonialismo nos pressupostos de Castro, que são evidentes no “dilema brasileiro do pão ou aço” e na tese “mal de fome e não de raça” registradas em *Geografia da Fome*. Ao final deste livro, o escritor ponderou o seguinte entre as suas conclusões gerais:

O Brasil, como país *subdesenvolvido*, em fase de desenvolvimento autônomo e de acelerado processo de industrialização não conseguiu ainda se libertar da fome e da subnutrição que durante séculos marcaram duramente a sua evolução social, entretendo o seu progresso e o bem-estar social do seu povo. [...] A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo *semicolonial*, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro (CASTRO, 1984, pp. 302-303, grifo nosso).

Como observamos, muitas denúncias são encontradas nas perspectivas do referido escritor, como a forma de se pensar o desenvolvimento a partir dos países ricos ocidentais (SILVA et al, 2020). Nesse aspecto, pensou a fome como resultado das estruturas políticas e econômicas historicamente estabelecidas, relacionando a carência alimentar e nutricional às expressões de um modelo político e econômico que perpetua a pobreza. Para isso, o autor recorreu em *Geografia da Fome* (1946) à diferenciação

---

<sup>9</sup> Por outro lado, a importância do livro de Josué de Castro deve ser relativizada devido à força do conservadorismo brasileiro de sua época. Segundo Campos (2004), intelectuais conservadores de direita o omitiam porque não queriam realçar personalidades que propuseram mudanças no sistema político-ideológico defendido, da mesma forma que intelectuais conservadores de esquerda o segregavam por ele ter buscado soluções no interior do próprio sistema capitalista, o mesmo que gera pobreza e fome.

entre o “desenvolvimento econômico do tipo colonialista” e o “desenvolvimento econômico autêntico de tipo nacionalista”, para explicar a “dualidade estrutural da civilização brasileira” (CASTRO, 1984, p. 284, grifo nosso).

Em *Geopolítica da Fome* (1951), Castro muda de enfoque quando diz que o “subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial”<sup>10</sup> (CASTRO, 1968). Conforme o referido autor, o colonialismo está relacionado a este contexto porque promoveu pelo mundo um desenvolvimento anômalo e limitado a certos setores mais atrativos para o capital especulativo, em que uma visão seletiva do progresso econômico se constituiu em vários países de economia dependente. No Brasil:

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome (CASTRO, 1984, p. 284).

Nota-se que o colonialismo, para o autor, perpassa pela economia e a política, pela disseminação de conhecimento e termina por se refletir no social (SILVA et al, 2020), sobretudo nas manifestações da fome em muitos países do então chamado Sul Global. No prefácio de *Geografia da Fome*, por exemplo, cita o livro *Latin America in The Future World* (1945), destacando que “a necessidade de encarar realisticamente os problemas da América Latina tornou-se urgente depois da guerra. A participação desses povos, na reconstrução do novo mundo, é imprescindível e valiosa” (SOULE et al, 1945, citado por CASTRO, 1984, p. 43).

---

<sup>10</sup> Anos mais tarde, o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, no livro *Crítica à razão dualista* (1972), vai reforçar esta abordagem ao explicar que não existe uma singularidade de atraso – como sinônimo de falta de desenvolvimento – em economias “subdesenvolvidas” como a do Brasil, mas a especificidade da economia brasileira está articulada com o modelo geral de acumulação capitalista, tratando-se da articulação dialética – e não dualidade – entre o chamado setor “moderno” e o setor “atrasado”.

Ao ultrapassar a análise da problemática da fome na escala brasileira à escala latino-americana e mundial, Castro tornou-se um grande crítico do conceito de subdesenvolvimento na década de 1950, o que acarretou na publicação de *Geopolítica da Fome* (1951) e na presidência da FAO entre 1952 e 1956. Também n’O *Livro Negro da Fome* (1966), Josué de Castro pretendeu “demonstrar que fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos” (CASTRO, 1966, p. 01).

Quanto ao seu método de investigação, a aproximação com a Geografia de Vidal de La Blache faz surgir o aspecto que julgamos mais importante do conceito de fome para Josué de Castro: a relação entre o biológico e o social, que não chega a ser tão equilibrada em seus escritos. Em certa medida, o autor acaba por privilegiar os fatores socioeconômicos que diferenciam as áreas alimentares em detrimento dos fatores climáticos. No livro *Geografia da Fome*, por exemplo, a análise das manifestações de fome do povo nordestino comprova que a desnutrição assola tanto as zonas da seca (Sertão) quanto aquelas onde chove com frequência (Nordeste açucareiro), porque os elementos oriundos do latifúndio da economia do açúcar fazem da Zona da Mata também uma “área de fome” (CASTRO, 1984). Na maioria das vezes, as condições climáticas apenas agravam as carências alimentares das populações mais pobres, que foram impossibilitadas de obter os recursos alimentares necessários. Nas palavras de Castro:

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (CASTRO, 1984, p. 261).

Além de ser contrário aos determinismos climáticos, Castro discordava dos determinismos de ordem racial ou étnica. Destacamos os seus estudos ao redor dos chamados tabus alimentares, que na região Nordeste do Brasil indicaram um grande número de restrições ao uso de certos alimentos no período colonial, sem fundamentos nutricionais, mas devido às interdições com finalidade econômica dos senhores de engenho aos negros escravizados. Veja-se o caso do açúcar:

*Bastos, Colonialismo e Raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial*  
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.398

Pernambuco, sendo o primeiro Estado produtor, está colocado na lista dos consumidores, *per capita*, no 14.º lugar do país. Por quê? Por que se consome tão pouco açúcar numa zona onde ele existe em tal abundância? É que o senhor de engenho, temeroso de que o apetite um tanto aguçado dos escravos os levasse a comer muito do seu rico açúcar, reservado com tanto zelo para a exportação, apregooou com tal vigor os seus perigos, os supostos malefícios que o açúcar traz — quando comido de manhã dando lombriga e quando comido a qualquer hora estragando os dentes — que assustou o pobre negro (CASTRO, 1984, p. 154, grifo do autor).

Identificamos nas palavras de Castro a denúncia do colonialismo, estando este manifestado tanto na reprodução de conhecimentos falaciosos sobre os produtos alimentares quanto na privação de certos alimentos aos sujeitos escravizados da época. Mignolo (2003) afirma que não existe modernidade sem colonialidade e ratifica os argumentos de Quijano (2000): mesmo findado o período colonial, a colonialidade é aquilo que se mantém na economia, na política e no conhecimento latino-americano. Desse modo, julgamos o termo colonialidade o mais apropriado para definir a dominação continuada após o período da colonização, pois as relações de colonialidade nas esferas econômica, política, social e cultural não foram destruídas com a independência das ex-colônias, incluindo o Brasil.

Referindo-se aos anos seguintes à abolição da escravatura no Brasil, Josué de Castro divulgou também a tese “mal de fome e não de raça”, referindo-se à suposta “moleza do *cabra de engenho*” (CASTRO, 1984, p. 136, grifo do autor). Traduzida no âmbito do método geográfico do autor, tal tese vinha para estabelecer uma ruptura com o preconceito de meio e de raça (LIMA, 2000). Esse tema foi o objetivo mais específico do livro *Alimentação e Raça* (1935) e deixa evidente a preocupação do autor com a ideia de raça em seu sentido moderno.

Como exemplo disso na questão alimentar brasileira, nas décadas de 1930 e 1940, destacamos a polêmica travada entre Josué de Castro e Gilberto Freyre que foi bastante significativa para traçar o debate sobre raça que subjaz aos estudos da ciência da Nutrição no Brasil. Ainda a respeito da dieta do negro escravizado, os dois intelectuais enfatizaram a temática da alimentação enquanto elemento constituinte da história e da formação sócio-espacial do país, cujas categorias centrais expressam alguns pontos de tensão e de atração no campo do pensamento social brasileiro.

Dessa forma, a crítica de Josué de Castro referida à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* (1933) foi realizada de forma incisiva, quando publicada em jornal recifense em 1943, a partir da sua tese de fisiologia da nutrição. Se, por um lado, Freyre constatava uma dieta abundante do negro escravizado e um certo equilíbrio benevolente entre as raças, por outro, Castro argumentava sobre a existência de uma opressão alimentar pela completa desarmonia nutricional (MARTINS, 2019).

Segundo Martins (2019), o sustento de um escravo articula-se, necessariamente, às relações de propriedade de seres humanos, coisificados, dos quais se obtém trabalho — ou mais trabalho — sempre à base da coerção. Sendo assim, na “transição para um regime de trabalho livre, a opressão adquirirá ares de perversão alimentar (parcamente) assalariada” (MARTINS, 2019, p 15). Contrapõe-se, portanto, a defesa do escravo dieteticamente bem tratado de Freyre, que apenas através de uma linguagem mistificadora pode-se entender como benevolente, à defesa da liberdade alimentar de Castro.

### Considerações finais

Concluimos a partir de Ferretti (2019) que a geografia de Josué de Castro parece ser um campo de estudo definitivamente anticolonial e antirracista, porque ele definiu as carências nutricionais como sendo a principal causa do cansaço físico observado em povos “tropicais” brasileiros, que foi erroneamente considerado uma “característica racial” pela maioria dos autores ocidentais de sua época. De forma mais ampla, a denúncia de Castro foi direcionada às receitas malthusianas, largamente exportadas pelas potências neocoloniais com o intuito de *desenvolver* a qualquer preço os países pobres do Sul Global. Com isso, depreende-se que o geógrafo pernambucano buscou apontar o papel do colonialismo no problema alimentar do país, entrelaçando os termos fome, subdesenvolvimento e raça.

Estamos de acordo com Silva et al (2020) quando afirmam que a denúncia de Castro em torno dos problemas do subdesenvolvimento – entendidos como problemas do colonialismo – aproxima o autor das perspectivas da decolonialidade, que entendem que o colonialismo deixou sequelas persistentes em razão da colonialidade do poder, do

ser e do saber. Isto porque a abordagem decolonial reforça exatamente o confronto à tese neomalthusiana sobre a fome nos países subdesenvolvidos. Salientamos que a motivação não é desfazer o colonial, no sentido de "des-colonizar", ou revertê-lo para superar o momento colonial pelo "pós-colonial", uma vez que o "decolonial" implica um posicionamento e uma luta contínua de transgressão e insurgência (REIS et al, 2005) contra o colonialismo continuado no capitalismo atual.

Ao contrário da ótica de Thomas Malthus e seus seguidores contemporâneos, que apresentam uma suposta superpopulação como a principal causadora da fome, a ótica dos autores decoloniais reconhece que violação cotidiana ao direito humano à alimentação no Sul Global é decorrente, principalmente, do histórico de colonização e das relações persistentes de dominação. O interesse deste artigo reside em demonstrar, portanto, que os estudos e as ações de Josué de Castro ajudaram a construir uma consciência a respeito do fenômeno da fome, estando profundamente atrelada às noções de subdesenvolvimento e colonialismo.

Neste sentido, é preciso destacar o fato de o autor de *Geografia da Fome* ter dado o primeiro passo para a sistematização de um discurso anteriormente silenciado. Acima de tudo, compreender a obra de Josué de Castro é encarar a fome em sua existência histórica como objeto de pesquisa. Mesmo que tenha contribuído em outras áreas, o seu pensamento repercutiu no Brasil e no mundo à medida que representou, principalmente, uma ruptura com a interdição em torno do tema da fome coletiva.

Ao definir a fome como objeto de análise, salientamos que o escritor pernambucano confrontou muitas questões centrais do debate científico e político do século XX. Foi em busca da articulação entre o biológico e o social, transcendendo a dimensão individual, que Josué de Castro *politizou* a fome. É exatamente na crítica ao neomalthusianismo, ao colonialismo e ao subdesenvolvimento que Castro se inscreve no debate sobre o Estado, a nacionalidade, a raça e a ciência em um país como o Brasil, que ainda precisa encarar seriamente o problema da miserabilidade e da fome.

Seja na década de 1940 ou no ano atual, os problemas da subalimentação e da desnutrição são todos inaceitáveis. Assim como Josué de Castro, que buscou pensar o Brasil a partir do Brasil e para o Brasil, é preciso ter a coragem de se contrapor às

correntes dominantes de uma época, não se preocupar demasiadamente com os temas marginalizados das ciências e quebrar os muitos tabus que ainda imperam em nossa ciência, em nossa sociedade e em nossa política. Com isso, objetivamos demonstrar que a leitura da obra de Castro a partir da ótica dos autores decoloniais é um recurso interessante para aqueles que trabalham na construção de um discurso crítico sobre a violação do direito humano à alimentação no chamado Sul Global.

## Referências

- ALVES, José Jakson Amancio. A contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica e política na Geografia. **Revista de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, Recife, v. 25, n. 2, mai/ago. 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Pensamento Radical).
- BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA, Luciano Vidal. A Geografia da Fome 50 anos depois: *o que mudou?* In: ANDRADE, Manuel Correia de. et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 39-47. (Coleção Pensamento Radical).
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. 2004. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.
- CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na perspectiva da Geografia Brasileira - 1934/1956: uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional**. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil**. 2007. 127 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARVALHO, Fernanda Ferreira. **Estruturas opressoras, povos famintos: a colonialidade e a violação ao Direito Humano à Alimentação**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. rev. Rio de Janeiro: Antares, 1984. (Coleção Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

*Bastos, Colonialismo e Raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial*  
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.398

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **O livro negro da fome**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

DAVIES, Archie; FERRETTI, Federico. Josué Apolônio de Castro: 1908-1973. **Geographers Biobibliographical Studies**, n. 40, 2021.

FERRETTI, Federico. A Coffin for Malthusianism: Josué De Castro's Subaltern Geopolitics. **Geopolitics**, Routledge Taylor and Francis Group, Londres, v. 26, n. 2, 2019.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA – FMSA. **Declaración Final**: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Havana, 2001.

LIMA, Eronides da Silva. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil, 1934-1946. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

MARTINS, André Luiz de Miranda. **Alimentando pelejas**: notas sobre a polêmica travada entre Josué de Castro e Gilberto Freyre acerca da dieta do escravo brasileiro. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, pp. 01-16.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político: duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Revista Redes** (St. Cruz Sul, Online), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, pp. 12-33, mai/ago. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. In: SADER, Emir (Org.). **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem ambiental. Mestres explicam a globalização).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y casificacion social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, pp. 342-386, 2000.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

*Bastos, Colonialismo e Raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial*  
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.398

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 17, n. 202, 2018.

REZENDE, Maria José de. Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 19, n. 2, pp. 227-248, jul/dez. 2003.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Rosana. et al. Josué de Castro e a Colonialidade do Poder, do Ser e do Saber: uma contribuição para a opção decolonial em estudos organizacionais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan/abr. 2020.

SOUZA, Gabriel do Amaral Castilho. **Geografia, fome e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): uma discussão pautada na obra de Josué de Castro e na PNAD 2004-2009**. 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, pp. 2710-2717, nov. 2008.

**Data de Submissão: 01/09/2022**

**Data da Avaliação: 12/09/2022**